

LIVROS DIDÁTICOS E A HISTÓRIA DO BRASIL: A ATUAÇÃO DA INQUISIÇÃO E A PERSEGUIÇÃO AOS NEOCRISTÃOS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Helena Ragusa¹

Temas bastante explorados pela historiografia brasileira, os estudos da Inquisição e da presença neocristã na América Portuguesa ainda se fazem ausentes quando nos referimos aos manuais escolares, sejam aqueles voltados para o Ensino Fundamental, sejam para o Ensino Médio. Considerando a atuação significativa tanto dos inquisidores quanto dos neocristãos e, as perseguições sofridas por esses últimos na colônia brasílica, desejamos neste trabalho, focar a forma como a Inquisição interferiu drasticamente na vida colonial por pelo menos duzentos anos, na tentativa de acabar com o mito de que no Brasil a ação inquisitorial e suas políticas de perseguição, racismo ou anti-semitismo, especialmente contra os personagens aqui referidos, não existiu.

Palavras-Chave: Cristãos-novos, Inquisição, História e ensino, Livros didáticos.

TEXTBOOKS AND THE HISTORY OF BRAZIL: THE ACTIONS OF THE INQUISITION AND THE PERSECUTION OF THE NEW-CHRISTIANS IN THE PORTUGUESE AMERICA.

Although quite investigated by the Brazilian historiography, the studies on the Inquisition and the presence of the New-Christians in the Portuguese America are still absent from the school textbooks, be the ones used in the Medium High School of the ones used in the High School. Considering the significant performances of the Inquisitors and also that of the New-Christians, along with the persecutions suffered by the latter in the colonial Brazil, it is the purpose of this work to focus on the way the Inquisition interfered dramatically in the colonial life -for at least two hundred years. It is also an attempt to end the myth that, in Brazil, the inquisitorial actions and their policies of persecutions, racism or anti-semitism, particularly against the characters referred to herein, never existed.

Key Words: New-Christians, Inquisition, History and Teaching, Textbooks

Este estudo tem como objetivo analisar a escrita produzida pelos livros didáticos em torno dos cristãos-novos e da presença inquisitorial no Brasil. Figura extremamente presente no território brasileiro desde os primórdios de nossa colonização, os cristãos-novos foram e são objeto de vários estudiosos que na busca de documentos e pistas que

¹ Helena Ragusa é atual mestranda do curso em História Social, com ênfase na linha de História e Ensino da Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da Prof. Doutora Ana Heloísa Molina. Bolsista CAPES.

retratam sua atuação, trazem a todo o momento aspectos inovadores em suas abordagens. Nessa mesma perspectiva, consideramos impossível a dissociação entre o estudo desses indivíduos e da Inquisição, uma vez que o comportamento e as estratégias de sobrevivência por parte dos mesmos em relação às ameaças e perseguições constantes desta última, interferia diretamente na sua conduta e nas práticas cotidianas.

São várias as funções que o livro didático assume no processo escolar, ao mesmo tempo em que difunde determinados fatos e personagens de nossa História, os reelabora conforme a época, e as diferentes perspectivas teóricas e metodológicas que se pretendem apresentar. Sobre esse aspecto, procurar-se-á perceber as diversas representações existentes nas escritas produzidas pelos livros didáticos aqui selecionados, comparando-as e mostrando as diferentes nuances e aproximações entre um e outro.

O estudo sobre os cristãos-novos e a Inquisição em nossa historiografia tem sido feito desde as últimas décadas do século XX e, nessa perspectiva, buscaremos investigar o diálogo que tem sido feito com o saber produzido na escola, mais especificamente, o livro didático entendendo-o ainda como parte da cultura escolar².

No entanto, a existência de uma mentalidade tradicional da cultura escolar – questão que iremos discutir mais adiante - impede muitas vezes o estabelecimento de novas abordagens. Este tipo de dificuldade está fortemente presente quando o assunto é sobre nossa colonização, mais especificamente, no que diz respeito à formação da sociedade daquele período, enfocando sempre os mesmos sujeitos, isto é, o branco, o índio e o negro (GASPARELLO, 1999: 79).

O recorte temporal que se segue da década de 1980 e 2007, entende que num primeiro momento o Brasil passava pelo processo de redemocratização e seus desdobramentos atingiam todos os setores e classes que compunham a sociedade. Na esteira desse movimento, num cenário de lutas, debates, greves, reformas e denúncias, o tema da democracia atingia diretamente o setor da educação, culminando na promulgação da Constituição de 1988, sendo referendado mais tarde, pela LDB nº 9394/96.

²Entendemos por cultura escolar, um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (JULIA, 2001 *apud* VIDAL, 2005: 24).

Nesse cenário onde os educadores desempenharam um papel fundamental pela mudança da situação educacional do país, no que concerne a disciplina de História, seu ensino passou a ser repensado e uma série de propostas e discussões apontava para a necessidade de reformulações nas várias instâncias que o abarcavam, ou seja, os currículos e os programas nas várias Secretarias Estaduais e Municipais da Educação; na legislação, por meio de revisões e questionamentos; e, por fim, o papel dos manuais didáticos, tidos até então como “vilões” por seu caráter exclusivo e conservador³.

O estudo dos reflexos dessas mudanças e propostas ocorridas no Ensino de História da década de 1980, passando pela década 1990 e chegando até os nossos dias, foi o caminho percorrido nessa pesquisa, na tentativa de observar as mudanças e permanências que se fazem presentes nos manuais didáticos, entendidos sob o viés da teoria foucaultiana como *microdispositivos* de poder, fonte fundamental – ainda que ambígua e polêmica - de estudo e pesquisa no processo de ensino e aprendizagem.

O levantamento bibliográfico que realizamos apontou a existência de um expressivo número de trabalhos sobre o cristão-novo e a ação inquisitorial no Brasil, com diferentes interpretações e leituras sobre a presença de tais personagens em nosso território, referentes ao período que compreende a colonização, conteúdo correspondente ao Ensino Fundamental e Médio. Uma das finalidades foi trabalhar com a ideia de que tais personagens tiveram uma intensa participação no processo de formação da sociedade brasileira e, durante todo o período colonial.

Quanto à atuação inquisitorial no território luso-brasileiro, depreende-se que as perseguições e prisões aqui realizadas, não devem passar despercebidas, uma vez que modificaram e transformaram drasticamente a vida dos cristãos novos que aqui se encontravam.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa está em tornar-se mais um elemento a ser pensado no ensino de História do Brasil e na construção historiográfica apropriada pelos livros didáticos, os quais segundo Fonseca (2006: 30), ocupam 40% dos estudos voltados para essa área.

³ De acordo com Abud (1984: 82), o livro didático na década de 1980 era bastante conservador, no sentido de “seguir os tópicos sugeridos pelos conteúdos dos programas curriculares, colocando em segundo plano os objetivos e as propostas de uma História crítica”. Para ela faltava questionamento em relação aos itens que compunham os programas.

Kazumi Munakata diz que “o livro didático é já um fato não se trata mais de decidir se deve usá-lo ou não, mas de usá-lo bem” (MUNAKATA, 1997:45). Nesse sentido, embora o propósito deste trabalho não consista em realizar uma análise sobre as tendências historiográficas adotadas pelos livros didáticos, admitimos o livro didático como artefato cultural, uma ferramenta de socialização do conhecimento produzido no meio acadêmico, o que nos leva de certa forma a observar como os conteúdos estão sendo elaborados, em meio a uma dinâmica mercadológica que define aquilo que irá ser veiculado, e aquilo que será excluído. Sobre a produção didática recente, por exemplo, é fácil verificar que muito pouco daquilo que é contemplado na historiografia chega a ser incorporado pelos livros didáticos e, quando o são, tem o sentido de ilustrar temas políticos e econômicos com cenas cotidianas (CAIMI, 1999: 28).

Essa relação entre o ensino de História e produção historiográfica demonstra que, os avanços no sentido de uma aproximação mais consistente entre os saberes por eles produzidos é demasiado tímido, na verdade um tema ausente na agenda dos cursos de graduação, “um muro a transpor”. Buscando um diálogo entre História, saber acadêmico e saber escolar, Fanaia (2008:13-22), entende a formação universitária e ensino fundamental e médio como duas faces de uma mesma moeda, porém paradoxalmente postos em dois mundos que são próximos ao mesmo tempo que distantes.

Ou como diria Fenelon (1989: 27) refletindo acerca do distanciamento entre a ciência e o social:

“Dissociado da prática o fazer História se torna abstrato, e a História enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa, destinada a desenvolver nos alunos o mito da memória nacional, com seus ritos e maniqueísmos de vilões e heróis”.

Admitindo o fato de que os manuais didáticos estão entre os “dispositivos mediadores” que intercedem entre o saber científico e o saber escolar (FORQUIN, 1993:15), seria pertinente pensar essa relação, sem descartar obviamente as várias esferas que permeiam esse material.

A influência dos Parâmetros Curriculares e as mudanças ocorridas no contexto político-social do país a partir da década de 1980 influenciaram na elaboração de manuais didáticos diversos, tanto na forma quanto no método e na abordagem, porém

ainda que as abordagens feitas pelos livros didáticos pareçam corresponder às novas tendências historiográficas, a distância permanece visível.

Holien Gonçalves Bezerra e Tânia Regina De Luca (2006: 51) reconhecem os avanços na produção de bons materiais didáticos. Segundo eles, houve um crescimento considerável nas pesquisas que tem como objetivo os livros didáticos, assim como é possível perceber a própria comunidade educacional amplamente envolvida com questões ligadas ao ensino, à mídia, os profissionais da área e a elaboração das políticas educacionais. No entanto, é preciso admitir que:

A relação entre o conhecimento produzido pela historiografia e o campo do conhecimento histórico construído para e na escola não está suficientemente interiorizada por historiadores-professores, historiadores-autores de livros didáticos e editoras. (BEZERRA, DE LUCA, 2006:51)

Quando então ouvimos falar em renovação dos livros didáticos, há que se pensar que os desafios ainda são muitos. Desafio também, para aqueles que como temos observado, estão envolvidos com a elaboração dos livros didáticos, parte da cultura escolar, mas que devido à complexidade que os envolve, nem sempre conseguem inserir aquilo que muitas vezes se propõe no início da obra.

Talvez essa seja uma das razões que leva alguns temas a se sustentarem em uma historiografia tradicional apresentando-se de modo absolutamente recorrente e naturalizado em termos de explicação, vindo a reforçar o “enorme abismo entre a renovação historiográfica advinda da pesquisa historiográfica e o saber histórico veiculado por meio do livro didático” (MIRANDA; DE LUCA, 2004: 141).

O não questionamento ou a não problematização dos processos históricos tratados nos livros didáticos – ao menos no material o qual nos propomos analisar – pode ser identificado na escrita produzida em torno dos cristãos-novos e de sua presença em nosso território enquanto colônia. Um exemplo seria trazer o cristão-novo e o judeu num mesmo contexto, entendendo-os como um único indivíduo; também trabalhar com os cristãos-novos na região nordeste do Brasil, como se antes não houvessem estado aqui, excluindo sua participação do projeto colonizador; ou ainda, associar a presença dos judeus convertidos no nordeste brasileiro do século XVII à “liberdade religiosa” concedida por Maurício de Nassau durante sua administração.

Ora, de acordo com Siman (2001: 165) o entendimento dos conhecimentos históricos que nutrem as representações e identidades coletivas remete, igualmente, à necessidade de uma leitura e do uso crítico dos materiais didáticos. Segundo ela:

Os conteúdos veiculados pela escola, sobretudo através dos manuais didáticos, parecem continuar sendo uma fonte privilegiada da construção das representações, as quais devem tornar-se objeto de desconstrução apoiadas nas contribuições mais recentes da historiografia contemporânea e, em especial, na História Cultural, que toma os conteúdos mesmo das representações como objetos de estudo (SIMAN, 2001: 164)

Mais ainda se associarmos a ideia de representação ao modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler pelos diferentes grupos sociais, a atuação dos cristãos-novos enquanto importantes partícipes da sociedade que aqui se formava - sobre o olhar colonizador português - conferindo-lhe sentido, deixando suas marcas, não deveria “passar em branco”.

Estudos realizados sobre a trajetória dos cristãos-novos no Brasil desde a chegada dos primeiros europeus, assim como a repercussão que o estabelecimento do Tribunal Inquisitorial teve aqui, constituem como já apontado, uma bibliografia significativa sobre o assunto dentro de nossa historiografia, porém, ainda bastante limitada, tanto em relação ao espaço que tais sujeitos passaram a ocupar, quanto às diversas épocas em que aqui estiveram, colocando-se distante, portanto, da realidade daqueles que no contexto escolar, aprendem sobre a formação do território nacional desde seu “Descobrimento”.

Voltando à discussão que permeia a relação entre saber escolar e saber acadêmico, Abud (2007:113) entende que:

Nem sempre as reformas educacionais significam mudança no cotidiano da escola. O peso da tradição escolar se faz sentir em todas as instâncias, ainda que pareçam diferentes renovadas ou até mesmo transformadas. No caso dos livros didáticos, por exemplo, são poucos os que se arriscam a fugir de uma periodização tradicional da História, ou que buscam romper com a antiga ideia de que o Brasil só existe a partir de uma visão eurocêntrica.

Considerando as multiplicidades que abrangem tanto o setor econômico, social, quanto religioso do Brasil, o discurso em torno de uma nação pacífica, homogênea, não condiz com a forma como ela ocorreu, nem tampouco com os resultados que claramente se apresentam nos dias de hoje.

Não há dúvida de que no cenário que se apresenta hoje, cercado de recursos tecnológicos, o livro didático, ao contrário do que ocorria na década de 1980, não mais se constitui como fonte exclusiva de pesquisa ou informação. Contudo, estudos demonstram que o uso desse material, seja na rede privada ou pública, ainda é soberano no cotidiano da sala de aula e, por isso, as discussões acerca do mesmo parecem estar longe de serem superadas.

Em outras pesquisas, fica clara a dificuldade na diversificação das fontes em sala de aula, tanto para os professores, que por vários fatores apresentam dificuldade no manuseio das mesmas – pelo menos de uma forma crítica e reflexiva - ou da própria instituição, que também devido a uma série de razões não conseguem inseri-las no contexto escolar.

Assumindo que o livro didático é, de fato, o produto de maior divulgação entre os brasileiros que tem acesso à educação (GUIMARÃES, 1999: 39), então depreende-se que as pesquisas e os debates em torno desse material e os usos que dele podem ser feitos são fundamentais na medida em que podem vir a contribuir para uma aprendizagem mais significativa.

Ao mesmo tempo, consideramos o fato de que o saber escolar não deve ser reduzido ao conhecimento acadêmico transposto, nem tampouco:

Aos manuais, nem aos programas, nem aos projetos de ensino. Ao conhecimento prévio do aluno, as relações dos professores com as disciplinas, mas são esses elementos que contribuem para a sua definição e que serão necessários para que se faça a necessária reformulação curricular, no cotidiano da sala de aula. (ABUD, 2007: 115).

A presença dos cristãos-novos no Brasil Quinhentista e as perseguições sofridas pelos mesmos direta e indiretamente, por exemplo, embora bastante conhecida e estudada pela nossa historiografia no que se refere à literatura didática, é pouco explorada levando-nos então a alguns questionamentos em relação à forma como a História do Brasil, mais especificamente, da formação da sociedade brasileira vem sendo apresentada.

O Brasil é um país de multiplicidades econômicas, culturais, regionais, e por isso os livros didáticos também devem ser múltiplos (GONÇALVES, 2006: 147). A impressão que se tem é que a construção de identidades hegemônicas permanece:

A crítica fundamental e que tem sido repetida inúmeras vezes por historiadores, especialmente os que se dedicam ao ensino, é a de que a

História do Brasil tem sido ensinada visando construir um passado único e homogêneo, sem atentar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõe a sociedade brasileira (BITTENCOURT, 2003: 198).

O fato é que os cristãos-novos ou descendentes dos mesmos quando aportaram em solo brasileiro, vieram, muitos deles, com a missão de participar do projeto colonizador português ocupando até mesmo, cargos de confiança a mando do rei¹. Também, “sem o capital neoconverso a Coroa portuguesa não teria conseguido realizar a colonização da forma como o fez e, levar ao conhecimento do aluno a este tipo de trabalho, possibilita-o distanciar a História dos heróis e mitos que ainda se fazem presentes, despertando-lhe a noção de cidadania por meio de um olhar crítico e consciente”, conforme nos alerta Ângelo Adriano Faria de Assis (2003: 192).

Da mesma forma se faz sentir quando nos remetemos à Inquisição, que muito embora não tenha se estabelecido em nosso território, se fez agir de outras formas, por outras vias, ameaçando os cristãos-novos que aqui se encontravam e, os laços que ainda – alguns deles – mantinham com a fé judaica.

É certo que a prática historiográfica alterou-se de forma significativa nas últimas décadas do século XX, surgindo então novos objetos, sujeitos, problemas e abordagens, além de uma verdadeira renovação no que se refere aos temas que até então eram ausentes na História pelo menos até a década de 1980. Um exemplo seria o estudo das mentalidades, da criança, do medo, das tradições, questões essas que modificaram o lugar da história, isto é, deixou de pertencer ao grupo das disciplinas dominantes. O objetivo passou a ser identificar como em diferentes espaços e tempos uma determinada realidade social é pensada e construída agregando o trabalho do historiador a outros saberes, como a sociologia, a antropologia e a literatura, calcando a história em novos princípios de legitimidade, além daqueles que lhe são inerentes.

Contudo, frente às problematizações que envolvem o estudo do ensino de História do Brasil, reafirmamos que tais inovações tem sido ainda bastante tímidas em relação à história do ensino de História e pouco diversificadas quanto aos objetos mais específicos (FONSECA, 2006: 35).

¹ A literatura aponta para a proteção dada pelos monarcas portugueses aos judeus desde os primórdios do Reino, fato esse que se diferenciava sobre muitos aspectos se comparada com a forma como ocorria na Espanha. A importância que os judeus – antes e depois da conversão – representavam na colônia não se justifica apenas pelos cargos públicos que muitas vezes ocupavam, mas também aos serviços prestados levando descobertas e avanços significativos, como foi o caso do setor náutico. (VAINFAS; HERMANN, 2005: 35).

Quanto às discussões levantadas aqui sobre o saber científico e o saber escolar, vale ressaltar que os processos de didatização envolvidos na elaboração de um livro didático são extremamente complexos e não podem, portanto, ser analisados sobre uma perspectiva. São vários fatores que levam à constituição desse tipo de material didático indo além do autor em si. Estamos nos referindo às Diretrizes e aos Parâmetros curriculares e à apropriação que dessas orientações é feita, considerando ainda a formação do profissional que delas fará uso e que se preocupa em atender as demandas do professor, seu principal consumidor.

Nessa pesquisa percebemos a inserção do cristão-novo no material didático que nos propusemos a investigar, assim como verificamos um esforço dessa aproximação entre a historiografia e o conhecimento histórico escolar, porém como nos alerta Bittencourt (2008: 139), “estabelecer relações entre a produção historiográfica e ensino de História é fundamental, mas exige um acompanhamento, mesmo que parcial, dessa produção”. Nesse caso, o que nos preocupa é a forma como a presença cristã-nova no Brasil foi e vem sendo apropriada⁴, e, em que contexto está sendo representada.

Já em relação a qualquer ação por parte do Santo Ofício, não há qualquer menção sobre, tratando-se, portanto, de uma ausência, uma omissão de uma parte de nossa história e da história daqueles que sofreram em suas mãos.

Para tanto, selecionamos alguns dos livros aprovados pela comissão composta pelo (FNDE) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do governo federal, destacando, no caso das coleções atuais, aqueles que tiveram uma maior circulação. Assim, pautamos nossa pesquisa por meio desses critérios ao definirmos nossa fonte a ser pesquisada e nela investigarmos o lugar do cristão-novo na História do Brasil, mais especificamente, ao início dela.

A pesquisa histórica baseou-se não só na seleção dos livros didáticos considerados pertinentes para este estudo, mas também, em outras fontes documentais, além de uma bibliografia voltada para a temática proposta.

Assim correspondendo ao primeiro recorte de tempo – 1980 – focaremos nossa análise nas obras de Raymundo Campos *História do Brasil* e Francisco de Assis Silva e

4

Aqui nos atemos à definição dada por Paul Ricoeur ao conceito de apropriação, definindo-a como a compreensão pela distância, passando por todas as objetivações estruturais do texto, e, na medida em que não responde ao autor, responde ao sentido. (RICOEUR, 1977: 58)

Pedro Ivo de Assis Bastos *História do Brasil: Colônia, Império e República*, ambos voltados para o então na época referido, 2º grau.

No que tange ao contexto contemporâneo, selecionamos três obras, sendo duas delas parte de uma coleção, a primeira delas, *História em projetos Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII*, das autoras Conceição Oliveira, Carla Miucci e Andrea Paula, conteúdo programático voltado para a 6ª série que corresponde atualmente ao 7º ano do Ensino Fundamental⁵, e, voltada para o Ensino Médio, sobre a autoria de Antônio Pedro e Lizânias de Souza Lima, *História da Civilização Ocidental*, ambas buscando pautar-se na abordagem de uma História Integrada.

Também, direcionado para os três últimos anos do Ensino Médio, o livro de Roberto Catelli Junior, *História: texto e contexto*, sobre a perspectiva de uma História temática.

Ressaltamos que os livros em questão aqui selecionados foram editados pelas principais editoras dos livros didáticos da década de 1980, e, aqueles que correspondem aos dias atuais: Moderna, Atual, Ática, Scipione, e FTD.

No que diz à literatura didática utilizada pela comunidade judaica, focaremos nossa análise a um estudo de caso, ou seja, a uma obra específica da década de 1970, de Renato Mezan, *Caminhos do povo judeu*, destinado ao Ensino Médio, mais especificamente ao 3º ano, buscando compreender como se constrói a escrita da história em torno dos neocristãos quando esses estavam aqui no período colonial.

Sobre a utilização do livro didático de História do Paraná, nossa pesquisa se deu em torno do chamado Livro Público do professor, dentro de uma proposta bastante inovadora, destinado a princípio, apenas para as três últimas séries do ensino médio.

Os manuais em questão aqui propostos selecionados foram editados pelas principais editoras dos livros didáticos da década de 1980 e aqueles que correspondem aos dias atuais: Moderna, Atual, Ática, Scipione, e FTD.

Num primeiro momento, buscamos o entendimento de Kátia Abud (1986: 81), sobre a forma em que são construídas as narrativas didáticas, ou seja, de maneira simples e compreensível, haja vista o público ao qual se destina, no caso, a clientela

⁵ Como colocado no verso da obra, “História em projetos foi a única coleção de História que recebeu conceito ótimo em todos os critérios de avaliação PNLD/2008”.

escolar. No entanto, a autora chama a atenção para os cuidados que se deve ter durante esse processo, evitando o aparecimento de distorções ou exclusões.

Em nossa análise foi possível identificar – como veremos mais adiante – que mesmo havendo evidências documentais sobre a participação dos cristãos-novos e da Inquisição na formação da sociedade colonial, uma grande lacuna se faz presente na escrita trazida pelos livros aqui escolhidos, além de interpretações equivocadas quanto aquilo que eles realmente representavam na sociedade em que estavam inseridos.

Oliveira (2007: 68), define a escrita como um artefato que pode problematizar as memórias elaboradas historicamente e lançar questionamentos sobre aquilo que se convencionou chamar de memória cristalizada; como uma prática que institui rostos. Por se tratar de um objeto constituído de autoridade a serviço dos interesses daquilo que o permeia, o conhecimento produzido pelo livro didático acaba, muitas vezes não sendo questionado, como se as realidades que se apresentam nos textos fossem mudas e não pertencessem a lugar ou tempo algum, como é o caso dos cristãos-novos e da ação inquisitorial no Brasil.

Nossa intenção em dimensionar a relevância dispensada ao tema da participação dos cristãos-novos na formação da sociedade brasileira está no fato de que como já apontado e, conforme será mostrado durante toda essa pesquisa, não se trata de uma “*presença esvaziada*”⁶, mas ao contrário, bastante atuante.

E em relação à Inquisição, embora também tenha sido muito atuante, o que permeia a literatura didática aqui analisada é uma omissão, nos levando a crer dentre outros fatores que ainda prevalece na escolha daquilo que irá permear a escrita produzida nos livros didáticos os moldes de um pensamento cristão.

Sendo assim, entendemos que o papel dos livros-didáticos na construção de uma memória escolar sobre os cristãos-novos e sobre o papel da Inquisição no Brasil – reafirmando que a escola por si só é um lugar de memória, um espaço privilegiado para

⁶ A expressão foi utilizada por Luis Felipe Miguel no artigo, *Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n° 39, p.190-199. 2000.

a informação/difusão do passado e sua reflexão⁷ - é não permitir que os legados deixados por esses grupos sejam apagados, esquecidos.

Na condução do estudo, fizemos uso da abordagem da história cultural e nos apoiamos nas reflexões que giram em torno dos conceitos de representação, prática, apropriação, táticas, estratégias, cultura e forma escolar trabalhados por autores como Chartier, Michel de Certeau, André Chervel, Forquin e Michel Foucault.

Compreendendo o livro didático como parte complexa e bastante polêmica da cultura material e que insere-se na cultura escolar, os trabalhos desenvolvidos por Circe Bittencourt, Kátia Abud, Selva Guimarães Fonseca, e outros mais que funcionaram como eixos teóricos que permitiram esboçar as diretrizes deste estudo.

Por fim objetivamos analisar as possibilidades de se pensar a presença cristã-nova na América Portuguesa na escrita produzida pelos manuais didáticos, tendo em vista a forte influência exercida pela mesma na sociedade em questão.

A ênfase ao estudo dos neocristãos e da ação inquisitorial na América portuguesa e, a escrita produzida acerca dessas temáticas na literatura didática proposta para essa pesquisa, parte do tipo de história que acreditamos pode contribuir para a realidade que hoje fazemos parte, isto é, numa história voltada para as diferenças, para as identidades, observando as normas e condutas, os valores e as práticas que permeiam as sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, K. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

_____. A História nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: Monteiro, Ana Maria e outros (orgs). **Ensino de História. Sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. Ruim cristão e mal judeu: a Inquisição no Brasil colonial e o processo contra João Nunes Correia. In: **PROHAL MONOGRÁFICO**. Revista del Programa de Historia de América Latina. Buenos Aires, 2008, p. 04 –05.

_____. A história excluída: o uso dos cronistas e fontes inquisitoriais para um novo olhar sobre a história colonial. In: **VI ENCONTRO**

⁷ Sobre esse assunto ver Francisco C. A. Ferraz (2010), onde discute o papel dos livros didáticos na construção de uma memória escolar (FERRAZ, Francisco C. A. . *Os livros didáticos e a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial*. Luso-Brazilian Review, 2010: 11-39.

NACIONAL DE PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTORIA - 10 anos: Um Balanço, 2003, Londrina. 10 anos: Um Balanço, 2003.

BEZERRA, Holien Gonçalves; DE LUCA, Tânia Regina. Em busca da qualidade PNL D História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: cultura Acadêmica, 2006.

BITTENCOURT, Circe. Identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A.P.; Diehl, Astor (orgs.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre, 1990.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FANAIA, José Edson Arruda de. História, Saber Acadêmico e Saber Escolar: Um Diálogo Possível? In: **Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis – MT, v. VII, no 8, p.13 - 22, 2008.

FENELON, Déa. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. In: **Cadernos CEDES, nº 8**, São Paulo : Cortez, 1989.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **O que é um autor?** Portugal, Veja/Passagens, 2002.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construindo um novo currículo de história. In: NIKITIUK, Sônia M. L. (org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1999.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Aprendendo com os livros didáticos: um breve depoimento. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Livros didáticos de História e Geografia: avaliação e pesquisa**. São Paulo: cultura Acadêmica, 2006.

MIRANDA, Sonia Regina; DE LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2004.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

RICOEUR, Paul. **Interpretações e Ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SIMAN, Lana M. C. Pintando o descobrimento: o ensino de História e o imaginário de adolescentes. In: SIMAN, Lana M.C. e FONSECA, Thais Nívea de L. e (orgs.). **Inaugurando a história e construindo a nação. Discursos e imagens no ensino de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares. Estudo sobre práticas de leituras e escrita na escola pública (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: S/ao Paulo, autores associados, 2005.

Fontes:

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 10 volumes.

CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **História do Brasil**. São Paulo: Atual, 1983.

CATELLI, Junior Roberto. **História. Texto e Contexto**. São Paulo: Scipione, 2007.

MEZAN, Renato. **Caminhos do povo judeu**. São Paulo, 2ª edição: Editora Renascença, 1974. Vol III.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. História. Ensino médio. **Livro didático público**. Curitiba: s/ed, 2006.

PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias Souza de; CARVALHO, Yone. **História da Civilização Ocidental**. Integrada. Geral e do Brasil. São Paulo: FTD, 2005.

SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis. *História do Brasil: Colônia, Império e República*. São Paulo: Moderna, 1983.

OLIVEIRA, Maria da Conceição C.; MIUCCI, Carla; SANTOS, Andrea Paula. **História em projetos. Velhos mundos e mundos novos: encontros e desencontros – do século XV ao XVIII**. São Paulo: Ática, 2007.